

**ARRAIAL DO CABO**



# Mapa de conflitos e resistências

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
REDE OBSERVAÇÃO



Rede Observação



## Apresentação

O Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rede Observação é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA e se refere às licenças de exploração de petróleo dos campos de Albacora Leste, Frade, Polvo e Tubarão Martelo da operadora PRIO.

Este PEA tem como objetivo fomentar a organização social através de processos educativos que englobam formação, pesquisa e intervenção social. Visando o cumprimento desse objetivo, desenvolve suas atividades a partir da execução de três eixos metodológicos presentes na sua estrutura central: Formação e Pesquisa, Comunicação Popular e Teatro do Oprimido, que são disparadores de reflexões e buscam promover um ambiente educativo propício à produção de conhecimentos e o estímulo à intervenção social qualificada nos territórios impactados pela cadeia produtiva de petróleo e gás.

Os fascículos da coletânea “Mapas de conflitos e resistências” foram produzidos de forma colaborativa pelos integrantes dos Observatórios e pelo eixo de Formação e Pesquisa. Registram o histórico de organização social de cada grupo contemplado pelo PEA Rede Observação, evidenciam as estratégias de enfrentamento aos conflitos ambientais utilizadas pelos sujeitos prioritários e os desdobramentos dessas intervenções.

Os nomes dos integrantes dos Observatórios que contribuíram para a realização do mapeamento participativo constam ao final desta publicação.



## Introdução

A cartografia produzida pelos grupos tradicionais vai além da espacialização de seus territórios, sendo também uma afirmação de seus modos de vida. O mapeamento a partir dos grupos prioritários possibilita a identificação de áreas de uso comunal, elementos da memória coletiva e lugares que fazem parte do cotidiano desses grupos, seja em função das atividades de trabalho, de lazer, dentre outras.

Foi a partir desse entendimento que o PEA Rede Observação construiu o mapa de conflitos. Acreditamos na apropriação do mapa como uma ferramenta de luta, que possibilita contar a própria história e evidenciar a presença de grupos historicamente invisibilizados por parcelas da sociedade e pelo poder público.

Assim, o nosso mapa de conflitos tem como objetivo explicitar os conflitos ambientais monitorados pelos observatórios. Para sua construção tomamos como base a narrativa e a perspectiva dos sujeitos prioritários da ação educativa do projeto, visando ampliar a visibilidade das lutas pela integridade dos territórios tradicionais e pela manutenção das respectivas atividades produtivas.

Não podemos esquecer que os conflitos ambientais territoriais se referem a disputas materiais e simbólicas por um mesmo recorte territorial. Dessa forma, a produção de mapas a partir da visão das



comunidades tradicionais, onde suas identidades e suas histórias são compartilhadas, é uma forma de atuar na luta pelo reconhecimento e valorização do modo de vida tradicional. Portanto, é uma disputa territorializada e identitária.

Para identificar e relatar as questões vivenciadas pelos grupos prioritários, foram selecionados os seguintes elementos:

- I** - Sujeitos prioritários;
- II** - Localidade;
- III** - Tema gerador municipal;
- IV** - Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos;
- V** - Estruturas geradoras de conflitos;
- VI** - Conflitos monitorados;
- VII** - Contexto do conflito;
- VIII** - Mapeamento Participativo;
- IX** - Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito.

Vale destacar que o tópico III, "tema gerador municipal", é o que orienta as ações do projeto em cada território. Sua construção ocorreu a partir de atividades em que foram levantados elementos da realidade local e as demandas identificadas pelos grupos como prioritárias. A partir dessas informações, foi definido um tema gerador municipal que representasse o contexto vivenciado por cada comunidade.

Já o tópico V, “estruturas geradoras de conflitos”, diz respeito a estruturas físicas, bem como estruturas políticas que fazem com que determinadas atividades sejam incentivadas, enquanto outras são desconsideradas. Nesse sentido, é uma categoria abrangente que engloba aspectos materiais e imateriais do ordenamento municipal. Essas informações foram produzidas a partir das construções coletivas que aconteceram durante as reuniões de acompanhamento realizadas ao longo da Fase 1 do PEA Rede Observação.

A equipe de Formação e Pesquisa conduziu reuniões específicas para definição de um tema gerador municipal, identificação das estruturas que interferem no território tradicional e dos impactos associados à cadeia produtiva de petróleo e gás. Esses conteúdos foram fundamentais para o direcionamento das ações do projeto em cada território e serviram como ponto de partida para o processo educativo dos outros eixos metodológicos.

Mas o levantamento de informações não se restringiu a um eixo ou somente a atividades específicas. Alguns elementos foram revelados a partir de informações que apareceram em reuniões do Teatro do Oprimido, Comunicação Popular, assim como as demais reuniões de Formação e Pesquisa. Por exemplo, o levantamento dos atores sociais envolvidos no conflito e suas formas de atuação, realizado para a construção das cenas do Teatro do Oprimido, contribuiu para uma melhor compreensão das relações sociais e das disputas presentes nesses conflitos.

O único tópico que não foi construído exclusivamente por fontes primárias, ou seja, pelos relatos dos grupos, é o “contexto do conflito”. Essa parte buscou apresentar um breve panorama do município, recorrendo a fatores históricos que permanecem influenciando na dinâmica local, localizando o grupo prioritário no espaço-tempo. Para isso, também foram utilizadas fontes secundárias, como





sites das respectivas prefeituras, IBGE, estudos socioeconômicos do Tribunal de Contas do Estado, Relatório Final do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, dentre outras fontes.

Em alguns lugares foram apresentados o brasão de armas, que é uma imagem que simboliza aspectos históricos, geográficos, culturais e socioeconômicos do município. Ou seja, os elementos que compõem essa imagem estão relacionados à sua importância no desenvolvimento daquele município. A escolha desses símbolos busca explicitar como muitas atividades produtivas que foram importantes historicamente para os municípios vêm sendo desconsideradas, enquanto outras atividades são estimuladas.

A pesca e a agricultura, fundamentais para a manutenção da vida, são destacadas em diversos brasões, mas na atual conjuntura não recebem a devida atenção do poder público, que constantemente opta por incentivar outras atividades econômicas que são incom-

patíveis com as atividades tradicionais. Com isso, pescadores e agricultores vêm enfrentando dificuldade no acesso a políticas públicas existentes e reivindicando a criação de novas, visando a manutenção de suas atividades. Assim, o processo de uso e ocupação do território terrestre, marinho ou lagunar e a ameaça da integridade do território tradicional é contextualizada em termos sociais, econômicos e políticos.

Por fim, a relação com outros municípios próximos reforça uma perspectiva regional. A materialização de cadeias produtivas, como é o caso da de petróleo e gás, precisa de uma ampla rede voltada para a produção, transformação e circulação do produto. Isso implica em uma série de atividades econômicas de apoio à indústria que extrapolam os limites municipais.

Com isso, mesmo aqueles municípios que não têm instalações físicas da indústria do petróleo, como os terminais, refinarias, portos, dentre outros, também são impactados em função das transformações ocorridas regionalmente. Há, portanto, municípios que sofrem impactos mais diretos e explícitos da cadeia produtiva de petróleo, enquanto outros sofrem impactos indiretos, decorrentes dos novos arranjos que acompanham a consolidação dessa indústria. Mas esses impactos indiretos não são menos importantes para os grupos impactados.

A seguir, veremos como ocorrem os conflitos no município de Arraial do Cabo.





ES

**SUJEITOS PRIORITÁRIOS**

**Marisqueiras e Pescadores artesanais**

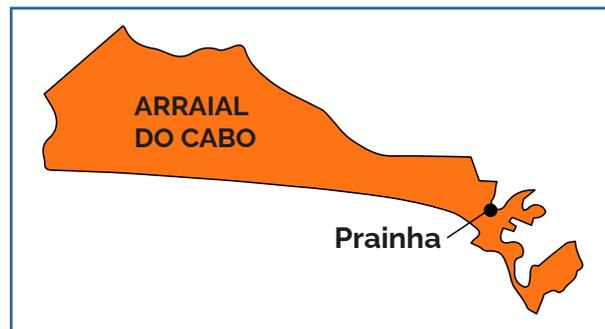
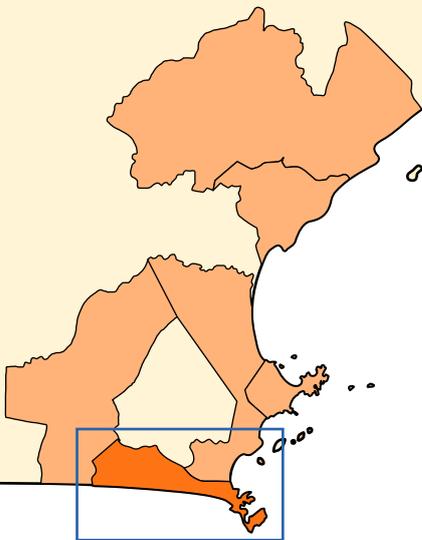
**LOCALIDADE**

**Prainha**

**TEMA GERADOR MUNICIPAL**

**Viabilização da gestão pesqueira da Reserva Extrativista (Resex)**

RJ



 Área de atuação

 Fora da área de atuação



## Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos

- Aumento populacional
- Aumento no custo de vida
- Especulação imobiliária
- Gentrificação
- Ocupação irregular
- Turismo predatório
- Aumento no fluxo de embarcações no Porto do Forno
- Perda de território/mareatório
- Mudanças no modo de vida tradicional
- Conflito com Unidade de Conservação
- Utilização dos royalties que não contempla grupos sociais em situação de vulnerabilidade ambiental

## Estruturas geradoras de conflitos

- Turismo predatório
- Pesca industrial
- Unidade de Conservação
- Porto do Forno
- Invisibilização da pesca da Prainha
- Atuação da milícia
- Ineficiência de políticas públicas para manutenção da atividade pesqueira

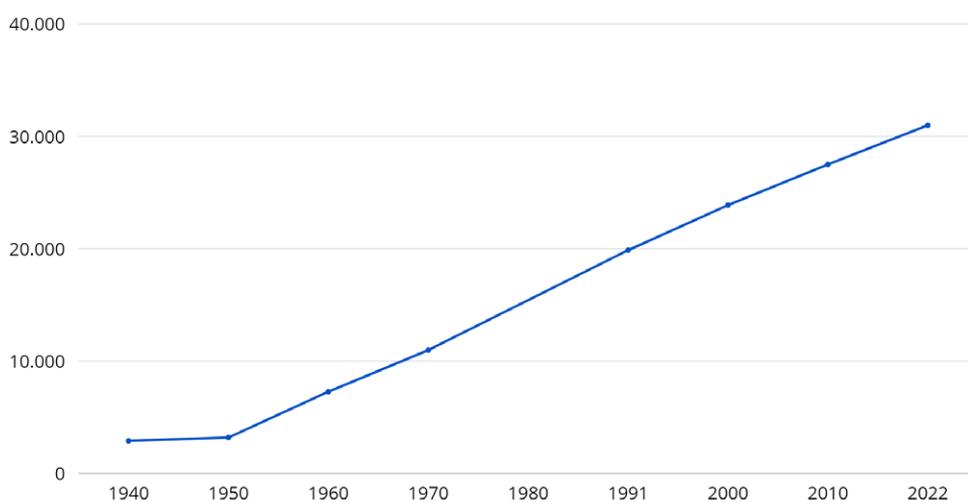
## Conflitos monitorados

- Disputa de território/mareatório com pesca industrial e turismo predatório
- Gestão da Resex

## Contexto do conflito

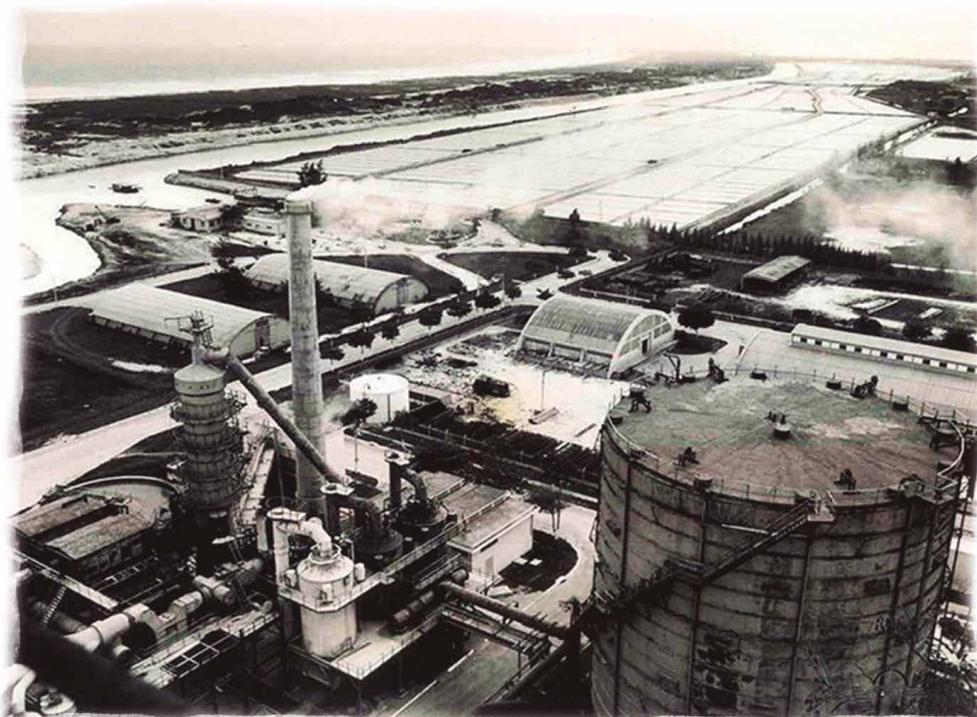
Arraial do Cabo é um município localizado na Baixada Litorânea do Rio de Janeiro, também conhecida como Região dos Lagos, e sua população é de 30.986 habitantes. A série histórica que retrata sua população está representada no gráfico a seguir, onde é possível observar um constante crescimento populacional.

O primeiro momento de crescimento populacional, entre as décadas de 1950 e 1960, está relacionado à criação da Companhia Nacional de Álcalis, cujas operações foram iniciadas no final da década de 1950. A chegada da atividade industrial provocou transformações na configuração do município, com aumento significativo da população, mudanças na infraestrutura (como saneamento básico e fornecimento de energia elétrica) e impactos sobre o modo de vida tradicional.



Série histórica da população de Arraial do Cabo





Álcalis na década de 1960. Fonte: Memórias do Arraial.

A partir da década de 1980, a Companhia passou a enfrentar dificuldades e teve suas atividades oficialmente encerradas em 2006. Isso motivou os novos desempregados a buscar outras atividades para garantir seu sustento. Uma das atividades que recebeu esse contingente foi a extrativista, gerando um aumento no número de pessoas que vivem da pesca. Esse processo foi acompanhado de uma superexploração, pois os novos pescadores e as novas marisqueiras desconheciam o devido manejo e os conhecimentos tradicionais, que são passados através das gerações. Como resultado, a quantidade de mariscos diminuiu drasticamente.

Outro fator que contribuiu para mudanças significativas na estrutura econômica e social de Arraial do Cabo foi o início das operações da Petrobras em Macaé e a construção da Ponte Rio-Niterói, ambos na década de 1970. A facilidade de acesso propiciada pela ponte e pela construção, expansão e pavimentação de outras vias impactou os municípios da região, que passaram a observar um crescimento populacional acompanhado de aumento do custo de



### Praia do Forno

vida, gentrificação, especulação imobiliária, mudanças no modo de vida tradicional e o incremento do turismo predatório.

O município de Arraial do Cabo, emancipado de Cabo Frio em 1985, se constituiu historicamente sob forte influência da pesca artesanal na cultura local. As características naturais e o fenômeno da ressurgência que ocorre na região contribuem para a abundância

**Placa na chegada de Arraial do Cabo.**  
**Fonte: Master Dive.**



e a biodiversidade marinhas. Mas os elementos que a tornam importante território pesqueiro também atraem milhares de turistas interessados em conhecer as belezas da "capital nacional do mergulho". O turismo realizado de forma predatória desrespeita as dinâmicas naturais das espécies e desconsidera o modo de vida tradicional e as tradições das comunidades extrativistas.







### Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo

Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada em janeiro de 1997. A abundante fauna marinha em Arraial do Cabo é decorrente da ressurgência, um fenômeno oceanográfico que consiste na subida de águas profundas, ricas em nutrientes, para as regiões menos profundas do oceano.

### Parque Estadual da Costa do Sol

Fração do Parque Estadual Costa do Sol (PECS), Unidade de Conservação de Proteção Integral criado em 2011. Devido ao tamanho e complexidade do PECS, que abrange áreas de 6 municípios, foram estabelecidos 4 núcleos. As áreas apresentadas no mapa referem-se ao Núcleo Atalaia-Dama Branca.

### 1 Companhia Nacional de Álcalis

A Companhia foi criada em 1943, mas suas operações só iniciaram no final da década de 1950. A chegada da atividade industrial provocou transformações no município, como o aumento significativo da população, mudanças na infraestrutura, impactos sobre o modo de vida tradicional, etc. A partir da década de 1980, a Companhia passou a enfrentar dificuldades e suas atividades foram encerradas oficialmente em 2006. Isso contribuiu para o desemprego e para migração para outras atividades, como a extrativista, representando um aumento no número de pessoas que vivem da pesca. Esse processo foi acompanhado de uma superexploração, pois desconsiderou os conhecimentos tradicionais sobre o manejo adequado dos mariscos.

### 2 Antiga área de dunas

Atualmente não existem mais essas dunas, pois foram substituídas por um condomínio.

### Área de apoitamento de barcos de turismo

Atualmente são cerca de 300 barcos registrados oficialmente. Após anos de debate no Conselho Deliberativo da Resex Mar, os pescadores e pescadoras artesanais conseguiram aprovar a proposta que limita a uma única saída diária por embarcação de turismo com, no máximo, 80 passageiros. Além de contribuir para que a tainha voltasse a aparecer, por exemplo, esse ordenamento possibilita que o turismo de base comunitária possa ter algum espaço, complementando a renda das populações tradicionais.

### Lagoa da Prainha

Antigamente havia troca constante de água com o mar, mas, atualmente, essa conexão ocorre de forma artificial. Quando chove, a válvula é aberta. Como a Lagoa recebe esgoto de áreas próximas, quando a válvula é aberta, esse esgoto é despejado diretamente na Prainha.

### 1 Cacimba

Local onde os antigos moradores da Prainha cavavam para encontrar água doce para consumo humano. Essa dinâmica permaneceu até década de 1950, quando a Álcalis chegou na localidade e ocorreram mudanças na infraestrutura, como o acesso a saneamento básico e energia elétrica.

### 1 Cooperativa Sol, Salga e Arte

A Cooperativa das Mulheres Marisqueiras da Prainha (MUPA-AP) Sol, Salga e Arte foi idealizada em 2013 e formalizada em 2018. É composta por famílias tradicionais oriundas da pesca artesanal e que trabalham com o beneficiamento do pescado e confecção de biojoias.

### 2 Instituto Federal do Rio de Janeiro Campus Arraial do Cabo

### 1 Porto do Forno

As atividades no Porto do Forno datam de 1924, mas foi inaugurado oficialmente apenas em 1972. Atualmente o Porto do Forno atende ao escoamento de sal da região e recebe navios que atuam na exploração de petróleo nas Bacias de Campos e Santos. O fluxo de embarcações na atividade portuária prejudica a pesca, pois a chegada de embarcações de diferentes lugares afeta a dinâmica local e pode causar desequilíbrios ecológicos a partir da introdução de espécies exóticas.

### 2 Praia da Barrilha

Área morta que recebia os rejeitos industriais da Álcalis.

### 1 Antigo local de cozimento de marisco

Área que as marisqueiras utilizavam para cozinhar o marisco. Atualmente funciona um restaurante, inviabilizando o cozimento no local.

### 2 Área solicitada para maricultura

#### 1 Área de retirada de marisco na Ilha do Pontal

#### 2 Antiga área de retirada de marisco

Há aproximadamente 15 anos, a quantidade de marisco vem sendo significativamente reduzida. A retirada nessa área ocorre principalmente através de mergulho, mas as marisqueiras da Prainha não utilizam essa técnica.

#### 3 Área de retirada de marisco

#### 4 Área de maricultura

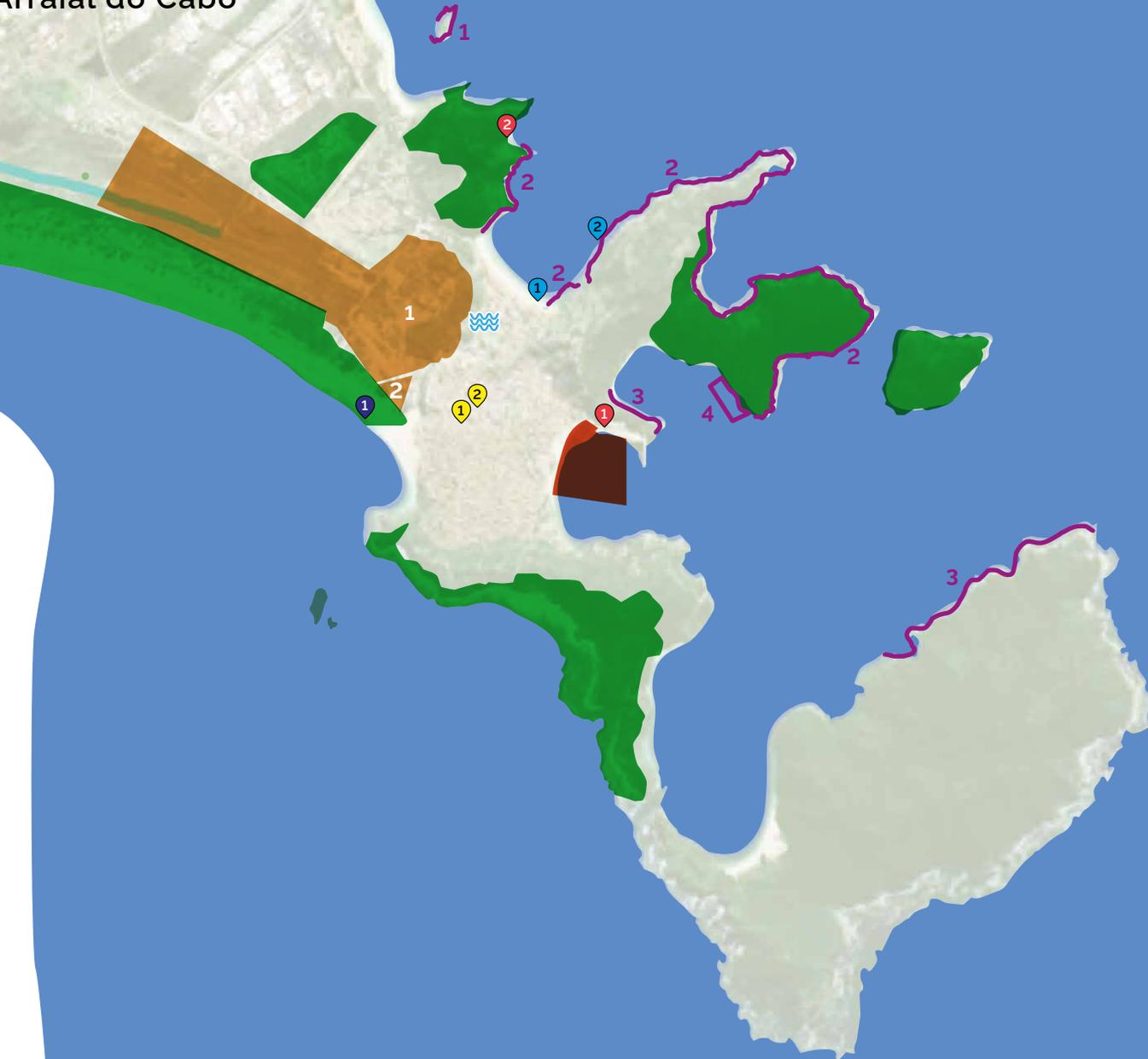


Rede Observação



Mapa de Conflitos  
Arraial do Cabo

Arraial do Cabo





Somado a esses aspectos está o Porto do Forno, localizado na Praia dos Anjos. As atividades no Porto do Forno datam de 1924, mas foi oficialmente inaugurado somente em 1972 e municipalizado na década de 1980. Atualmente o Porto do Forno atende ao escoamento de sal da região e recebe navios que atuam na exploração de petróleo nas Bacias de Campos e Santos. Sua localização é estratégica, visto que Arraial do Cabo é o limite entre as duas bacias.

O fluxo de embarcações na atividade portuária prejudica a pesca. A chegada de embarcações de diferentes lugares afeta a dinâmica local e ocasiona desequilíbrios ecológicos a partir da introdução de espécies exóticas em função da troca da água de lastro ou da adesão à estrutura externa dos navios.

Por fim, mas não menos importante, está a Reserva Extrativista (Resex) Marinha do Arraial do Cabo. Criada em 1997, a Resex tem por finalidade garantir a exploração sustentável e a conservação dos recursos naturais, tradicionalmente usados por populações extrativistas. Porém, é palco de disputas entre diferentes atores sociais e as comunidades extrativistas estão constantemente ativas, resistindo e lutando por seu território.



Porto do Forno.  
Fonte: Portos e Navios.



Resex Marinha de Arraial do Cabo. Fonte: ICMBio.

Nesse contexto de diferentes interesses sobre o uso e ocupação do território marinho de Arraial do Cabo que estão inseridas as marisqueiras e os pescadores artesanais da Prainha. São famílias que sobrevivem da pesca artesanal e do conhecimento tradicional, passado de geração em geração, e ainda salgam peixe, catam marisco e pescam em canoa de boçarda.

A enseada da Prainha, assim como praticamente toda a costa de Arraial do Cabo, era um ambiente naturalmente abundante e propício para a coleta do mexilhão. A catação do marisco, além de ser uma fonte de renda para as famílias, também era um momento de encontro e lazer comunitário. Com o aumento populacional, as mudanças ambientais e surgimento de outras atividades econômicas, a cultura que foi criada em torno dessa atividade foi sendo sucateada.





Pescadores na Prainha

Pescadores e pescadoras relatam uma diminuição na quantidade de pescado devido a alguns fatores. A intensa apropriação do território cabista pelo turismo predatório, acompanhada do aumento no tráfego de embarcações na região, afetou o fluxo natural das espécies. A instalação de plataformas de petróleo também impactou a dinâmica marinha, pois a oferta de “alimentos” decorrentes da dispersão de resíduos orgânicos no mar próximo a essas estruturas torna-se um atrativo para os peixes, modificando o fluxo da fauna. Além disso, conforme mencionado, o inadequado manejo e a superexploração do marisco fizeram com que, há aproximadamente 15 anos, a quantidade de marisco fosse significativamente reduzida.

### Marisqueiras



Assim, a comunidade tradicional vem perdendo seu território e tendo sua atividade modificada. Antigamente os mariscos coletados eram cozidos em latas nas pedras ou trazidos para serem cozidos na praia pelas famílias. Mas o local de cozimento de marisco da Prainha foi substituído por um restaurante, impedindo o cozimento no local e dificultando o acesso da comunidade pesqueira à Enseada da Graçainha.

Como a cultura local recebe grande influência da atividade pesqueira, há uma ampla diversidade de técnicas culinárias e pratos que tem como base da receita espécies oriundas do mar. As marisqueiras lembram, por exemplo, do lambe-lambe, forma tradicional culinária onde o marisco com casca era cozido com arroz.



Bandeira da MUPAAP



Diante da necessidade de fortalecimento das trabalhadoras ligadas à cadeia produtiva da pesca artesanal, um grupo de mulheres se reuniu e formou a Cooperativa de Trabalho Mulheres Pescadoras, Aquicultoras e Artesãs da Prainha (MUPAAP): Sol, Salga e Arte. Além do beneficiamento do pescado, as cooperativadas fazem artesanato a partir do reaproveitamento de materiais naturais do mar. Desde então o grupo vem se estruturando para valorizar a cultura local através do resgate das tradições, reivindicar seus direitos e garantir a manutenção da atividade tradicional.



Biojoias confeccionadas pelas mulheres da MUPAAP

## Mapeamento participativo

Para espacializar as questões abordadas acima, foi realizado um mapeamento participativo durante os meses de julho, agosto e outubro de 2023. A equipe de Formação e Pesquisa utilizou o programa Google Earth Pro para localizar os pontos e áreas relacionados à atividade marisqueira e considerados importantes pelo grupo prioritário. Através do recurso “imagens históricas” do programa, os participantes observaram as transformações no município, como o aumento de construções e do número de embarcações apoiadas na Praia dos Anjos.

O mapeamento participativo resultou no mapa que está dobrado entre as páginas 12 e 17. Ele é composto por pontos, áreas e linhas.

Os **PONTOS AZUIS** identificam locais de referência para as marisqueiras, como o antigo local de cozimento na Prainha e a área reivindicada para a maricultura.

O **PONTO AZUL MARINHO** localiza a cacimba, local onde, até a década de 1950, os moradores cavavam para encontrar água potável.

Os **PONTOS AMARELOS** representam as instituições relacionadas à atividade tradicional, como a Cooperativa Sol Salga e Arte e o Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Arraial do Cabo (IFRJ), locais onde são realizadas reuniões do PEA Rede Observação com o grupo prioritário. Ressalta-se que o corpo docente do IFRJ oferece apoio institucional à Cooperativa Sol, Salga e Arte.

O **PONTO VERMELHO** refere-se ao Porto do Forno e à Praia de Barrilha, área morta que recebia os rejeitos industriais da Álcalis a partir de uma tubulação.

Em relação às áreas, **EM MARROM** está a Companhia Nacional de Álcalis e, logo abaixo, uma antiga área de dunas que foi substituída por condomínios.



A **ÁREA VERMELHA** expressa a área de apoio de barcos de turismo na Praia dos Anjos, onde atualmente estão cerca de 300 barcos registrados oficialmente.

A **ÁREA AZUL** identifica a Resex Marinha.

Já **AS LINHAS ROXAS** simbolizam os locais de cata de marisco.

Durante os encontros, o grupo debateu sobre os processos ocorridos no município, principalmente sobre o crescimento do turismo, e como as pessoas integrantes da cadeia produtiva da pesca vêm se organizando para garantir que seu território e sua atividade tradicional sejam preservados.

No site do projeto<sup>1</sup> é possível acessar a versão interativa, com informações detalhadas de cada localidade.

1. Navegue pelo mapa em [pearedeobservacao.com](http://pearedeobservacao.com)

## Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito

A partir do contexto de invisibilidade e de ausência de reconhecimento da importância das mulheres na atividade tradicional extrativista, em 2014, o grupo começou a se organizar. Então, trabalhadoras e trabalhadores da pesca iniciaram um processo de mobilização a fim de aumentar a renda familiar e diminuir a dependência em relação aos atravessadores. A organização tinha como objetivo a melhoria da situação econômica dos seus participantes, além de aproximar o consumidor do produtor, fomentando a venda/compra a preço justo.

O grupo composto majoritariamente por mulheres foi se fortalecendo ao longo dos anos e a Cooperativa de Trabalho Mulheres Pescadoras, Aquicultoras e Artesãs da Prainha (MUPAAP): Sol, Salga e Arte foi registrada oficialmente em 2018. Essa formalização foi fundamental para que, com um registro de pessoa jurídica, as

marisqueiras participassem de editais e tivessem direito à cadeira no Conselho Deliberativo da Resex.

A história da Cooperativa é marcada por muita luta, com atuação ativa na gestão ambiental pública e diálogo constante com diferentes atores sociais.

Nos anos de 2015 e 2016, estiveram à frente do abaixo-assinado e audiência pública para preservar a área de pescadores artesanais na orla da Prainha. Através da organização e pressão popular, barraram a construção de quiosques e garantiram o território da comunidade tradicional.

Em 2017, as mulheres da cooperativa iniciaram diálogos com o poder público para cessão de espaço para a construção de uma

unidade de beneficiamento do pescado para as pescadoras e marisqueiras da Prainha.

No ano seguinte as mulheres da pesca participaram da construção do Plano de Manejo da Resex e apresentaram propostas para "definição de áreas de acessos aos pesqueiros", na



Reunião sobre cessão de espaço público com o prefeito da época (2017)



Reunião com vereadores, Procuradoria Municipal e da Câmara



“revisão, identificação e categorização de pescadores da reserva” e na “localização de áreas para aquicultura”, desempenhando um papel central na implementação dessas definições neste documento.



### Mulheres presentes na elaboração do Plano de Manejo da Resex

Ainda em 2018, a partir do intercâmbio realizado na devolutiva do PEA Observação<sup>2</sup> com o Quilombo de Baía Formosa, em Búzios, algumas integrantes da cooperativa descobriram relações de parentesco. O intercâmbio proporcionou um resgate de laços comunitários e identificação com a origem quilombola.

Em 2019, o PEA Observação fomentou o estudo do RIMA relativo à ampliação da produção de petróleo e gás do Campo Peregrino, pela empresa Equinor Energia. Durante os estudos, pescadores e marisqueiras identificaram erros e reivindicaram a inclusão de Arraial do Cabo na área de abrangência. Através da participação ativa na audiência pública, conseguiram garantir a inclusão do município na área de atuação do PEA FOCO.

Em 2020, a cooperativa submeteu o projeto “Fortalecimento e Estruturação da Cooperativa das Mulheres Marisqueiras da Prainha” ao edital “Implementação de projetos de educação ambiental voltados para a qualidade ambiental das comunidades pesqueiras do

**2.** O PEA Observação foi um dos projetos que deu origem ao atual PEA Rede Observação. No município de Arraial do Cabo as marisqueiras da Prainha formavam o grupo prioritário da ação educativa do PEA Observação desde 2015. Após o fim do Observação e início do Rede Observação, as atividades continuaram sendo desenvolvidas com as marisqueiras como grupo prioritário.

estado do Rio de Janeiro - Apoio Emergencial COVID”, relativo ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Frade. O grupo foi contemplado e as ações foram iniciadas em 2021, sendo realizadas formações em cooperativismo e plano de negócios, elaboração de planos de negócio, aquisição de máquinas e equipamentos para produção da cozinha coletiva, bem como aquisição de insumos para o beneficiamento do pescado e para confecção de artesanato.



Confecção de biojoia. Fonte: TAC Frade - Youtube.

Em 2022, através de uma compensação ambiental, foi realizada a compra do imóvel para construção da unidade de beneficiamento para a cooperativa de mulheres no bairro da Prainha.

Ao mesmo tempo que buscam por melhores condições de trabalho, autonomia financeira e organização comunitária, as mulheres pescadoras da Prainha também participam ativamente na gestão ambiental pública. Após anos de debate no Conselho Deliberativo da Resex Mar, pescadores e pescadoras artesanais conseguiram aprovar a proposta que limita a uma única saída diária por embarcação de turismo com no máximo 80 passageiros, uma vez que o grande número de embarcações afeta o fluxo natural das espécies.

Além de contribuir para que a tainha voltasse a aparecer, por exemplo, esse ordenamento possibilita que o turismo de base comunitária possa ter algum espaço, complementando a renda das populações



tradicionais. Porém, a comunidade segue lutando para que haja efetivo controle e fiscalização, visando a compatibilidade do uso do território marinho com o ordenamento de uma Reserva Extrativista.

## Considerações finais

Através das atividades pedagógicas do projeto, os grupos prioritários vão desvendando coletivamente as relações entre as transformações ocorridas nos municípios, os grupos sociais impactados, os conflitos decorrentes dos processos de reorganização territorial, os atores sociais envolvidos, seus interesses e as formas de atuação diante do conflito.

Partimos da compreensão de que o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, passa pelas relações político-institucionais e societárias. Como a mediação de interesses e conflitos entre atores sociais cabe ao Poder Público, o conhecimento da existência de espaços públicos de decisão se configura como um passo inicial e necessário para uma gestão ambiental participativa.

Ao passo que a complexidade presente na realidade é problematizada, também são identificados os espaços de incidência política possíveis, havendo um incentivo e apoio à formulação de estratégias para intervenção coletiva e organizada. Ou seja, para além do conhecimento das disputas e estruturas presentes nos territórios, os grupos debatem encaminhamentos concretos na luta por direitos. Nesse sentido, buscamos proporcionar condições para que sejam produzidos e adquiridos, coletivamente, conhecimentos e habilidades para intervenção nos processos decisórios.



Mulheres na cozinha da cooperativa



Assim, as reflexões sobre as condições existentes no território, somadas ao conhecimento relativo às políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais e aos espaços de participação social permitem caminhar no sentido de uma cidadania ativa, ou seja, de grupos organizados e atuantes da Gestão Ambiental Pública.

Foi nesse contexto de valorização da trajetória de cada grupo prioritário que este material foi produzido. Ele consolida a produção coletiva de conhecimento acerca das questões municipais e regionais que impactam as atividades tradicionais e registra as estratégias utilizadas pelos grupos.

Vale ressaltar que a atuação na Gestão Ambiental Pública está associada ao nível de organização social de um determinado grupo. Nas comunidades com um histórico de acompanhamento de PEAs e/ou envolvimento com movimentos sociais, os grupos tendem a estar mais organizados, qualificados e fortalecidos para incidir politicamente. Já em lugares que não há esse histórico e que o Rede Observação foi o primeiro PEA a atuar junto à comunidade, foi necessário um processo anterior, de reconhecimento e valorização da identidade e cultura tradicional, para que se formasse um grupo coeso, fortalecido e ativo.

Esperamos que esse material possa ser utilizado como evidência das disputas presentes nos territórios tradicionais e que seja uma ferramenta que corrobore com as reivindicações dos sujeitos prioritários em espaços de participação social.



# CRÉDITOS

## **Integrantes do Mapeamento Participativo em Arraial do Cabo**

Agrimaldo Silva Dias  
Alexandre Silva Sampaio  
Arlete Fernandes Magalhães Teixeira  
Chirley Cardoso dos Santos  
Ivanil Fernandes Barbosa  
Laurinda Antunes Magalhães da Silva  
Marluce Fernandes Barbosa  
Sandra Lúcia Vianna Fonseca  
Selma Costa de Oliveira Motta

## **EQUIPE EXECUTORA DO PEA REDE OBSERVAÇÃO**

**Coordenadora geral**  
Camila Panno

**Orientador metodológico**  
Carlos Frederico Loureiro

**Educadoras de Formação e Pesquisa**  
Camila Souza, Raynan Aguilár  
e Yashmin Loureiro

**Educadores de Comunicação Popular**  
Gabriel Amorim e Murilo Marques

**Educadores de Teatro do Oprimido**  
Anelise Vargas e Júlio Caldeira

**Articuladores locais em Arraial do Cabo**  
Maurício Meira e Cleusa  
dos Remédios Rocha

## **EQUIPE PRIO**

**Coordenadora de socioeconomia**  
Aline Almeida

## **Pesquisa e elaboração**

Yashmin Loureiro

## **Revisão do conteúdo**

Camila Souza, Carlos Frederico Loureiro  
e Raynan Aguilár

## **Mapas**

Maria Eduarda Perpétuo, Pedro Biz e  
Yashmin Loureiro

## **Projeto gráfico**

Pedro Biz

## **Ilustrações**

Pedro Biz

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

---

L892m Loureiro, Yashmin.  
Mapa de conflitos e resistências: Arraial do Cabo /  
Yashmin Loureiro; ilustrações Pedro Biz. – Rio de Janeiro,  
RJ: Rede Observação, 2024.  
28 p. : il. ; 21 x 29,7 cm – (Projeto de Educação Ambiental  
Rede Observação)  
ISBN 978-65-5872-741-5  
1. Cartografia social – Arraial do Cabo (RJ). 2.  
Desenvolvimento sustentável. 3. Conflitos sociais – Brasil. I.  
Biz, Pedro. II. Título.

---

CDD 305.896

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

A Petrorio, a maior operadora independente de óleo e gás do Brasil, a partir de abril de 2022, passou a ter uma nova identidade visual e a ser conhecida como PRIO. Essa mudança reflete a eficiência da empresa na sua gestão. Com foco na recuperação de ativos em produção, é especializada na gestão de reservatórios e na revitalização de campos maduros através da maior eficiência operacional, da redução dos custos de produção e das despesas corporativas. O aumento na eficiência e a confiabilidade nos ativos são os principais atributos para reduzir a emissão de CO2 e a queima de gás consumida em suas operações, minimizando o impacto ambiental e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua por meio de boas práticas de segurança, respeito ao meio ambiente e cuidado com a saúde dos colaboradores.



A realização do PEA Rede Observação é uma medida de mitigação do Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.



**PRIO**

**ambiental**  
Engenharia e Consultoria